

CONTRATO N.º 098/2021

(e seus aditivos)

AUTO POSTO SERRA DA **CANASTRA LTDA EPP**

OBJETO: Aquisição Parcelada de Combustíveis.

Vencimento: ___ / ___ / ____.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DELFINÓPOLIS

Praça Manoel Leite Lemos, 115 – Telefax(35) 3525-1020 – CNPJ 17 894 064/0001-86
CEP 37910-000 – Delfinópolis – Minas Gerais

FLS. _____

CONTRATO 098/2021

“CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO 098/2021 ADVINDO ARP 047/2020, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE DELFINÓPOLIS, E A EMPRESA AUTO POSTO SERRA DA CANASTRA LTDA EPP”.

Por este instrumento de contrato que entre si fazem, de um lado, **O MUNICÍPIO DE DELFINÓPOLIS**, Estado de Minas Gerais, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Praça Manoel Leite Lemos nº 115 – Centro, Delfinópolis - Minas Gerais, CEP. 37.910-000, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 17.894.064/0001-86 neste ato representado por sua atual Prefeita Municipal, a Sra. Suely Alves Ferreira Lemos, brasileira, viúva, agropecuarista, portadora do RG n.º 9.437.080-1 (SSP/SP) e do CPF n.º 339.621.116-20, residente e domiciliada na Av. Ivo Soares Matos - Pe, n.º 598 - Centro, neste município, denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado, A empresa **AUTO POSTO SERRA DA CANASTRA LTDA EPP**, inscrita no CNPJ 08.888.140/0001-50 com endereço na Faz Praia Vermelha, S/N, Zona Rural, Município Delfinópolis/MG, neste ato representada pelo sócio proprietário, Sr. Paulo Sérgio Gandolfi, brasileiro, casado, empresário, CPF n.º 138.518.808-11, portador do RG n.º 18.335.167 SSP/SP, residente e domiciliado na Rua José Marques Garcia nº 950, Bairro Cidade Nova, Município Franca/SP, neste instrumento, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, têm entre si justos e avençados o presente **CONTRATO** advindo da ARP 047/2020 para fornecimento adiante discriminado.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

1.1 - A presente contratação decorre do processo licitatório, sob a modalidade de **Pregão Presencial nº 020/2020**, nos termos da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações e Lei nº. 10.520/02, Decretos Executivo 005/2012 e 019/2018, conforme consta do **Processo Municipal Nº. 044/2020**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO E ESPECIFICAÇÕES

2.1 **DO OBJETO:** - Constitui o objeto desta contratação **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE COMBUSTÍVEIS (ÓLEO DIESEL, GASOLINA E ETANOL) PARA A MANUTENÇÃO DE TODA A FROTA MUNICIPAL E PARA AS BALSAS DO RIO GRANDE**. Contratação advinda da ARP 047/2020 nas seguintes condições, especificações e forma a seguir:

| ITEM | DESCRIÇÃO | QTD | VLR.UNIT. | VLR. TOTAL |
|------|-------------------------|--------|-----------|----------------|
| 01 | ALCOOL COMBUSTIVEL | 400 | R\$ 4,56 | R\$ 1.824,00 |
| 02 | GASOLINA COMUM | 13000 | R\$ 6,07 | R\$ 78.910,00 |
| 04 | OLEO DIESEL COMUM-BALSA | 40.000 | R\$ 4,59 | R\$ 183.600,00 |

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1 - As despesas com a presente licitação correrão a conta dos recursos financeiros alocado nos orçamentos vigentes, nas seguintes dotações:

Assinatura:



PREFEITURA MUNICIPAL DE DELFINÓPOLIS

Praça Manoel Leite Lemos, 115 – Telefax(35) 3525-1020 – CNPJ 17.894.064/0001-86

CEP 37910-000 – Delфинópolis – Minas Gerais

1. Ficha / Fonte: 21/100 – Material de Consumo
2. Ficha / Fonte: 34/100 – Material de Consumo
3. Ficha / Fonte: 37/100 – Material de Consumo
4. Ficha / Fonte: 40/100 – Material de Consumo
5. Ficha / Fonte: 169/100 – Material de Consumo
6. Ficha / Fonte: 199/100 – Material de Consumo
7. Ficha / Fonte: 213/100 – Material de Consumo
8. Ficha / Fonte: 222/102 – Material de Consumo
9. Ficha / Fonte: 243/159 – Material de Consumo
10. Ficha / Fonte: 258/159 – Material de Consumo
11. Ficha / Fonte: 307/100 – Material de Consumo
12. Ficha / Fonte: 370/101 – Material de Consumo



CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO

4.1 - O valor deste contrato é de **R\$ 264.334,00 (duzentos e sessenta e quatro mil, trezentos e trinta e quatro reais)**;

CLÁUSULA QUINTA – DA FORMA DE PAGAMENTO & PRAZO DE ENTREGA

5.1. O pagamento será efetuado em até 03 (três) dias após a entrega total/parcial dos produtos/serviços e das respectivas notas fiscais e de cada autorização de fornecimento, imediato e diariamente, à partir da autorização de Fornecimento efetuado pela Divisão de Materiais / Compras. Caso a licitante não tiver seu domicílio na sede (zona urbana) no município, terá prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após a emissão da ordem de compra.

CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

6.1. Os contratos, carta contrato, Autorização de Fornecimento ou Nota de Empenho em que for o caso para fornecimento **decorrentes** do presente contrato serão formalizados perante a Divisão de Materiais/Compras.

6.2. A detentora do presente CONTRATO advindo da ARP será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência deste contrato, mesmo que a entrega deles decorrente estiver prevista para data posterior a do seu vencimento.

6.3. Se a qualidade dos materiais entregues não corresponder às especificações exigidas, no edital do Pregão Presencial que precedeu a presente Ata, estes deverão ser substituídos, no prazo máximo de uma hora independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

6.4. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante ordem da unidade requisitante, a qual poderá ser feita por memorando, ofício, Fax ou Email, devendo dela constar: a data, o valor unitário dos objetos, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o carimbo e a assinatura do responsável.

6.5. Os objetos deverão ser entregues acompanhados da Nota Fiscal ou Nota Fiscal fatura, conforme o caso.

CLÁUSULA SETIMA – DAS PENALIDADES

7.1. A detentora do contrato advindo da **ARP 047/2021** da presente licitação deverá entregar os objetos imediatamente, contados do recebimento da Autorização de Fornecimento.

7.2. Caso a empresa vencedora não entregar dentro do prazo de validade de sua proposta aplicar-se-á o disposto dos incisos XXIII e XVI do art. 4.º da Lei 10.520/2002.

7.3. Fica estabelecido o percentual de 0,3% (zero vírgula três por cento), do valor global da Autorização de Fornecimento, a título de multa, por dia de inadimplência na disponibilização do

Handwritten signature

Handwritten signature

Handwritten signature

Handwritten signature



PREFEITURA MUNICIPAL DE DELFINÓPOLIS

Praça Manoel Leite Lemos, 115 – Telefax(35) 3525-1020 – CNPJ 17 894 064/0001-86
CEP 37910-000 – Delfinópolis – Minas Gerais

FLS. _____

objeto podendo ainda, a critério da Administração, ser cancelada a Autorização de Fornecimento e impostas outras sanções previstas em lei.

7.4. Pela inexecução total ou parcial da entrega a Administração poderá aplicar a multa de 10% (dez por centos), além das multas, suspender temporariamente o direito da empresa de licitar na Administração, por período não superior a 02 (dois) anos e ainda declará-la inidônea, após garantida prévia defesa.

7.5. Na hipótese de multas, a empresa inadimplente será notificada para recolher a Fazenda Municipal no prazo máximo de 10 (dez) dias, a importância das penalidades impostas, sob pena de inscrição da mesma na dívida ativa do Município e respectiva execução fiscal; em sendo possível e no caso de ser mantido a Autorização de Fornecimento, será facultado à Administração o recolhimento das multas por ocasião do pagamento, através de desconto e compensação no preço.

7.6. As sanções aqui previstas são independentes entre si podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

7.7. Em qualquer hipótese e aplicação de sanções será assegurado à licitante vencedora o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

8.1. O presente contrato terá validade de **60 (sessenta dias)** passando a **vigorar do dia 13 de Maio de 2021 até 12 de Julho de 2021**, podendo ser prorrogado, de acordo com Artigo 57 c/c 65 da Lei 8.666/93 e desde que ocorra motivo justificado a critério do CONTRATANTE.

CLÁUSULA NONA – DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO

9.1. Caberá, ainda, ao CONTRATANTE, providenciar a publicação do extrato resumido do presente contrato nos mesmos meios de publicação do edital de **Pregão Presencial Nº 020/2020**, em obediência ao disposto no art. 61, parágrafo único da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO

10.1 - Constituem motivos para rescisão do contrato:

I – o não cumprimento ou o cumprimento irregular de cláusulas contratuais especificações e prazos;

II – a paralisação da entrega dos serviços, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

III – a subcontratação total ou parcial do seu objeto;

IV – a decretação de falência;

V – a dissolução da sociedade;

VI – a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

VII – razões de interesse público;

Assinatura



- VIII – a supressão, por parte da Administração, do total previsto no contrato, além do limite permitido no § 1.º do art. 65 da Lei n.º 8.666/93;
- IX – a suspensão de sua execução, por ordem escrita do CONTRATANTE, por prazo superior a 90 (noventa) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo;
- X – o atraso superior a 60 (sessenta) dias dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;
- XI – a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;

10.2 - A rescisão do contrato poderá ser:

- I – Determinada unilateralmente e escrito do CONTRATANTE, nos casos previstos nos Arts. 77, 78 e 79 da Lei nº. 8.666/93 e alterações;
- II – Amigável, por acordo entre as partes, mediante formalização de aviso prévio e com antecedência;
- III – Judicial, nos termos da legislação.


CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO E CASOS OMISSOS

13.1 - Fica eleito o foro da Comarca de Cássia - Minas Gerais, para dirimir eventuais dúvidas ou questões emergentes oriundas do presente Contrato.

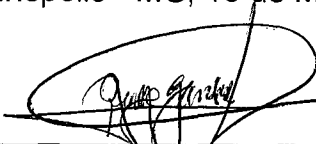
13.2 - Nos casos omissos serão aplicadas as regras da Lei 8.666/93 e suas alterações, os princípios do Direito Administrativo e Constitucional e os princípios Gerais dos Contratos.

E, por estarem de comum acordo, firmam o contrato em 03 (três) vias, juntamente e na presença de duas testemunhas idôneas.

Delfinópolis - MG, 10 de Maio de 2021

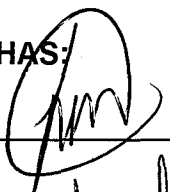

 SUELY ALVES FERREIRA LEMOS
 PREFEITA
 CONTRATANTE

Suely Alves Ferreira Lemos
 Prefeitura Municipal
 CEP: 37910-000
 RG: 9.341.116-20
 SSP/SP


 AUTO POSTO SERRA DA CANASTRA LTDA
 EPP
 CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1ª
CPF



Cinthia de Oliveira Barbosa
OAB/MG 124.910

TESTEMUNHAS:

2ª
CPF



Luciane Cristina Silva Rusao
 Chefe da Divisão de Secretaria
 CPF: 185.181.158-33
 RG: 24.652.534-4 - SSP/SP



PREFEITURA MUNICIPAL DE DELFINÓPOLIS

Praça Manoel Leite Lemos, 115 - Telefax(35) 3525-1020 - CNPJ 17 894 064/0001-86

CEP 37910-000 - Delfinópolis - Minas Gerais

Visto Assessoria Jurídica

FLS. _____